

## A EXPERIÊNCIA VIVIDA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA BAÍA DO IGUAPE/BA: DIÁLOGO DE SABERES, PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO E AUTONOMIA

**Mario Alberto dos Santos**

SENAI - Departamento Regional da Bahia  
Centro de Tecnologia Industrial Pedro Ribeiro  
Mestre em Geografia pela UFBA  
[naturezageo@bol.com.br](mailto:naturezageo@bol.com.br)

### RESUMO

Este artigo traz uma análise sobre o planejamento na resex marinha baía do Iguape-BA. A partir da discussão sobre educação dialógica e planejamento comunitário, à luz da geografia humanística e da concepção sistêmica da vida, busca-se colaborar na construção da autonomia social e individual entre a população da unidade. As transformações na legislação ambiental do Brasil resultam de anos de lutas e conquistas. O território das UC's de uso sustentável são espaços de resistência, onde a materialização do poder é primordial para seu planejamento e gestão. A coletividade e a equidade nas relações e decisões políticas e sociais compõem os princípios e diretrizes que regem as UC's de uso sustentável. A construção do planejamento comunitário, tendo a educação dialógica como instrumento e motivação, depende da aceitação do discurso do outro enquanto discurso do outro, uma relação dialógica que busca construir algo em comum. Neste sentido tem-se a autonomia individual enquanto meio para a autonomia social enquanto fim.

**Palavras-chave:** Unidades de Conservação; educação; diálogo de saberes; planejamento.

## THE VIVID EXPERIENCE IN RESERVE EXTRACTIVE MARINE BAY OF IGUAPE/BA: DIALOGUE OF KNOWLEDGE, PLANNING, EDUCATION AND AUTONOMY

### ABSTRACT

This article provides an analysis on the resex marine bay of Iguape-BA, a result of a masters dissertation. From the discussion on education dialogic and planning Community, in the light of geography humanistic and conception systemic life, seeks to collaboration in the construction of individual and social autonomy between the population of the unit. The changes in environmental legislation of Brazil result of years of struggles and achievements. The territory of UC's of sustainable use are spaces of resistance, where the materialization of power is vital to its planning and management. The collectivity and equity in relations e decisions political and social compose the principles and guidelines governing the UC's sustainable use. The construction of the planning Community, and the dialogic education as a tool and motivation, depends on the acceptance of the speech of another speech while the other, a relationship dialogue that seeks to build something in common. In this regard has been the individual autonomy as a means for autonomy social while order.

**Keywords:** Units of Conservations; Education; Dialogue of knowledge; Planning.

## INTRODUÇÃO

As reflexões e análises a seguir são frutos da realização de uma dissertação de mestrado em geografia intitulada: *UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, EDUCAÇÃO E PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO: uma análise da realidade da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape/BA*. Realizada no depto. de geografia da Universidade Federal da Bahia, entre 2005-2007.

A partir dos princípios fundamentais das leis 9.985/00 (sistema nacional de unidades de conservação - SNUC) e 9.795/99 (política nacional de educação ambiental - PNEA), a aceitação e a contribuição do diálogo de saberes fazem-se uma prerrogativa para a realização de todo e qualquer trabalho que envolva o planejamento e a gestão das unidades de conservação de uso sustentável.

A proposta da dissertação foi uma análise teórica e empírica sobre educação dialógica e planejamento comunitário em UC de uso sustentável. O objetivo foi contribuir para a criação das condições sociais e políticas que futuramente viabilizarão a elaboração do plano de manejo e do plano de uso da Reserva Extrativista (resex) Marinha Baía do Iguape, município de Maragojipe, região Oeste do Recôncavo baiano.

A resex marinha Baía do Iguape foi criada no ano de 2000, tendo 8.117,53 ha de área total, sendo 2.831,24 ha de manguezal e 5.286,29 ha de águas internas brasileiras. Esses dados têm como base a carta utilizada pelo IBAMA para o decreto de criação da reserva: a folha correspondente é a SD-24-X-A-IV, publicada pelo Departamento de Cartografia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (IBAMA, 2000).

Dentre os 20 distritos (17 no município de Maragojipe e 3 no município de Cachoeira) que compõem a população da resex, no trabalho de dissertação concentramos nossas análises em Maragojipe (sede da UC) e nos distritos de Coqueiros e Nagé. A escolha das duas outras localidades, além da sede, conjuga razões práticas de viabilidade graças à facilidade de acesso e características singulares do tecido social de ambos os distritos.

As experiências vividas nos diversos encontros com a população da resex e seus cotidianos são os subsídios empíricos para nutrir o diálogo: dialogar implica tratar os grupos sociais tradicionais não mais como objetos de estudo ou como riqueza folclórica, mas sim como sujeitos participantes e principais interessados no plano de uso e manejo da área. O conhecimento sobre o lugar em que vivem e a constante valoração deste conhecimento pela comunidade acadêmica podem e devem transformar o cenário das áreas protegidas no Brasil e o funcionamento interno das mesmas. Atribuindo ao uso e apropriação dos recursos naturais valores como a solidariedade, cumplicidade, coletividade e respeito.

O ato humano de conhecer produz domínios cognitivos em diferentes domínios de experiências, todavia, os saberes tradicionais e as ciências são domínios cognitivos que se materializam em domínios de experiências diferenciados. Porém, ambos nascem a partir do ato humano de conhecer e suas experiências vividas no cotidiano. Ambos são produtos da criação humana... . Neste sentido, têm-se os saberes tradicionais e as ciências como instrumentos do planejamento e subsídios das ações e projetos coletivamente construídas para o manejo das UC's de uso sustentável.

### Unidades de conservação de uso sustentável e os saberes tradicionais

O estabelecimento legal do uso social da natureza através da regulamentação do SUNC da aos saberes tradicionais um *status* até então inexistente. As UC's de uso sustentável são áreas protegidas por lei que reflete a principal transformação da legislação ambiental no Brasil: passe de um caráter preservacionista<sup>3</sup> para um caráter conservacionista<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Considerava-se necessariamente a presença dos seres humanos uma ameaça a "proteção da natureza" e por isso as áreas protegidas não admitia o uso e a moradia, sem seu perímetro, por seres da espécie humana.

Os usuários-moradores das áreas protegidas são os principais responsáveis pelo manejo e o uso social da natureza cabendo a comunidade acadêmica, as instituições públicas e as organizações da sociedade civil contribuir e colaborar. Todavia, não pode-se pensar que toda cultura tradicional relaciona-se de maneira ecologicamente sustentável mantendo a estabilidade dos ecossistemas: entende-se por ecologicamente sustentável a manutenção da possibilidade de realização da diversidade da vida. O essencial deste outro modelo de gestão é justamente ouvir e dialogar com as culturas tradicionais para construir numa coletividade recíproca projetos e ações políticas para o planejamento. Neste sentido, a educação dialógica faz-se instrumento inerente às ações e projetos.

Observação, imaginação e pensamento são características do ato humano de conhecer que nos leva a desvendar mistérios e a desconsiderar fronteiras. Tem-se assim, nas palavras e nas imagens do mundo e sobre o mundo, a mescla de imaginações, observações e pensamentos que compõem os universos científico e tradicional dos saberes humanos. Considera-se na construção do conhecimento científico, providencial e essencial a esses objetivos, coisas além da racionalidade lógica da própria concepção dominante de ciência. A subversão é imprescindível às transformações. Aqui, a imaginação é aliada do pensamento, pois, ambas dão sentido e significado as nossas criações e construções cotidianas. A intenção não é desvendar o universo imaginário dos extrativistas da resex, mas sim considerar em nossas experiências cognitivas, sobre a temática aqui tratada, a inevitável e inseparável presença do pensamento e da imaginação em toda criação humana (HISSA, 2002).

Quando as águas do rio Paraguaçu e as águas do rio Guai encontram as águas da baía de Todos os Santos, temos um lindo lagamar chamado de “Baía do Iguape”. Belos e extensos manguezais cercam a não menos bela baía do Iguape, abrigando a diversidade de vida na fauna e flora locais. Nessa fauna abundante está a espécie humana, coexistindo com as outras espécies que compõem a diversidade da área. Essa é a relação essencial entre parte e todo na baía do Iguape. Pescadores, marisqueiras e todos os seres que compõem os ecossistemas da área são as partes que nos revelam o todo, ou seja, a “baía do Iguape”. As coisas do espaço não podem se distinguir do próprio espaço... (MERLEAU-PONTY, 2004).

O manguezal da baía do Iguape é composto por três principais espécies da flora do mangue. Com uma frequência maior a *Laguncularia Racemosa* (mangue branco) é a espécie mais encontrada na baía do Iguape. Suas raízes submersas na lama, suas sementes e folhas a difere de outras espécies de árvores do mangue. A *Rhizophora mangle* (mangue vermelho) é caracterizada pelas raízes aéreas em forma de arcos talvez a imagem mais constante quando se pensa em árvores de manguezais. Tem ainda a *Avicennia Germinans* (mangue preto) com suas raízes pontiagudas que brotam do chão ao redor do tronco maior.

A palavra mangue atualmente é utilizada na academia quando se refere as diferentes espécies de árvores existentes, já a palavra manguezal se refere ao ecossistema do mangue (VANNUCCI, 2003). O ecossistema manguezal não se resume à floresta, às águas e ao solo; é necessário mais para construir um ecossistema. Necessita-se de,

(...) interação dinâmica de suas diferentes partes, expressa como a transferência ou o fluxo de matéria e energia de um componente – ou parte – aos outros componentes dentro do ecossistema e entre o ecossistema manguezal e os outros ecossistemas adjacentes (...) (VANNUCCI, 2003, p.76)

Nesta interação dinâmica pode ou não estar incluída a espécie humana. No caso da baía do Iguape tem-se nos pescadores e marisqueiras a qualidade de componentes dos ecossistemas existentes na área. Essa interação não necessariamente é feita sobre bases sustentáveis, tanto econômica como ecologicamente. Isso justifica a necessidade de reflexões e análises

---

<sup>4</sup> O uso social da natureza e os saberes tradicionais passam a ser imprescindíveis em projetos de criação e manejo de áreas protegidas. As culturas tradicionais têm seus modelos de socialização reconhecidos como “jeitos” ecologicamente sustentáveis de ser e estar.

sustentadas pela educação dialógica e pelo planejamento comunitário, a fim de diagnosticar alguma perturbação à vida e suas possíveis e viáveis soluções. Nossas atitudes e nossos valores em relação ao ambiente natural devem constantemente ser questionados e reavaliados.

Pergunta-se: pra que serve a educação num projeto de planejamento? Como nos mostra Maturana (1998, p.11) o conceito de *servir* é relacional: “algo serve para algo em relação a um desejo”. Se o desejo é construir um manejo pautado na equidade e no respeito mútuo, não se pode querer uma educação que motiva a competitividade e o individualismo. Não se pode refletir sobre a educação sem pensar no modelo de projeto que queremos para uma UC de uso sustentável: “*O futuro de um organismo nunca está determinado em sua origem. É com base nessa compreensão que devemos considerar a educação e o educar*” (MATURANA, 1998, p.29). (itálico do próprio autor).

Considera-se a educação um processo e não um produto, um processo contínuo que dura a vida toda, e que segunda Maturana (1998) faz da comunidade onde vivemos um ambiente naturalmente conservador, em relação ao ato de educar. Isso não quer dizer que o mundo da educação não é passível de transformações, mas sim que a educação como sistema de formação do indivíduo e do coletivo tem efeito de longa duração. Não somos educados para agir dentro dos princípios do comunitarismo, daí a necessidade da educação, pensar sobre um agir a partir de princípios da solidariedade e da cumplicidade, deixando a competição como um fenômeno socialmente construindo que deteriora as relações humanas.

A diferença que existe entre preparar-se para devolver ao país o que se recebeu dele, trabalhando para acabar com a pobreza, e preparar-se para competir no mercado de trabalho é enorme. Tratam-se de dois mundos completamente distintos. [...] no momento em que uma pessoa se torna estudante para entrar na competição profissional, ela faz de sua vida estudantil um processo de preparação para participar num âmbito de interações que se define pela negação do outro, sob o eufemismo: mercado da livre e sadia competição. A competição não é nem pode ser sadia, porque se constitui na negação do outro. (MATURANA, 1998, p.13)

Pergunta-se: que planejamento queremos? Nesta questão está intrínseca também a questão sobre que tipo de educação e de socialização queremos. As UC's de uso sustentável são espaços de convivência e tanto os usuários-moradores como a comunidade acadêmica não devem ser vistos como seres transcendentais, mas sim, num devir, num contínuo ser variável ou estável, “[...] mas que não é absoluto nem necessariamente para sempre. Todo sistema é conservador naquilo que lhe é constitutivo, ou se desintegra [...]” (MATURANA, 1998, p.30). Quando as ciências desconsideram os saberes tradicionais como domínios cognitivos coerentes e essenciais para o domínio de experiência ao qual está inserido, ao menos que haja uma sólida educação de valorizar-se e respeitar-se as populações tradicionais podem cair na armadilha das palavras. E se as culturas tradicionais não podem aceitar-se e respeitar-se não pode aceitar e respeitar o outro. Neste caso a recíproca é verdadeira, pois, também estaria havendo desrespeito da comunidade acadêmica para com as culturas tradicionais.

O diálogo somente acontece quando há o respeito mútuo e a equidade entre as relações. As UC's de uso sustentável são instrumentos legais que motivam e institucionalizam relações comunitárias no planejamento e no manejo do uso social da natureza. A aceitação e o respeito de si mesmo só são possíveis se os afazeres de uma pessoa ou de um grupo social estão adequados ao seu viver, neste sentido, a valoração das culturas tradicionais nos é também essencial. Condenar as culturas tradicionais, tratado-as como algo primitivo, condena também todo e qualquer projeto e ação política para construir o planejamento e o manejo das UC's de uso sustentável,

Como posso aceitar-me e respeitar-me se o valor do que faço se mede pela referência ao outro na contínua competição que me nega e nega o outro, e não pela seriedade e responsabilidade com que realizo o que faço? [...] a responsabilidade surge quando nos damos conta de se queremos ou não as

conseqüências de nossas ações; e a liberdade surge quando nos damos conta de se queremos ou não nosso querer, ou não querer as conseqüências de nossas ações [...] (MATURANA, 1998, p.33-34).

Os modos de vida das populações da resex caracterizam o dinamismo da área. Além da pesca e da mariscagem artesanais, há entre algumas comunidades quilombolas existentes na resex relações de trabalho em torno da agricultura familiar de subsistência e da pesca e mariscagem também para subsistência: Santiago de Iguape, São Francisco do Paraguaçu, Calolé, Engenho da Pedra, entre outras. Elas se diferem neste sentido das comunidades do lado oeste da baía (a sede municipal de Maragojipe e os distritos de Nagé, Coqueiros e São Roque), mais voltadas para a comercialização do pescado e sem práticas voltadas para a agricultura familiar.

Mas há similaridades substanciais entre todas as comunidades; trabalho familiar, meios de produção de tecnologia artesanal, trabalho dividido entre amigos e familiares. O extrativismo serve para subsistência, embora haja vendas de pescados e mariscos; a subsistência ainda é marca essencial das atividades tradicionais da resex. As comunidades quilombolas eventualmente vendem parte do pescado e algumas frutas de época assim como produtos agrícolas. O jenipapo, por exemplo, muito consumido no período de festejos do São João, é colhido e vendido durante sua safra. A produção de ostras, feita em pequena escala por alguns moradores, eventualmente colabora com a renda. Nas áreas mais urbanas (Maragojipe, Nagé, Coqueiros, Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu) a renda familiar é preferencialmente completada com “bicos” (ajudante de pedreiro, pintor de parede, limpar terrenos baldios, etc.) e menos com a produção agrícola. A dependência para com a pesca e o tempo dedicado a seu exercício são maiores do que nas comunidades de lavradores-pescadores. Entender a socialização e as relações de trabalho da população da resex implica em observar e contemplar. Experiências vividas fizeram-se essenciais para nossas análises e compreensão de seus cotidianos. Aceitar e respeitar o outro é um processo de contemplação e admiração pela vivência e sabedoria alheia.

A preocupação de legitimar todos os domínios cognitivos materializáveis ou não, deve-se à necessidade de estabelecer um diálogo com a população da resex em questão: um diálogo que busque a equidade nas relações entre comunidade acadêmica e comunidade tradicional. O pensamento moderno criou uma “ilusão teórica”, ao estabelecer nossas experiências íntima e cotidiana com tudo o que é vivo a partir de um conhecimento que nos exclui do denominado “ambiente natural”. Tal conhecimento fundamenta-se na simplificação e na fragmentação dos objetos e fenômenos cognoscíveis a partir de uma lógica utilitária, na qual vê-se o ambiente como algo a “dominar” e utilizar seus recursos em potencial (BRANDÃO, 1994). Dominar implica controlar, ora, como controlar a natureza e seu dinamismo com as mãos e o raciocínio humanos? No máximo consegue-se transformar “matérias-primas” em recursos para alguma utilidade imediata.

As leis 9.985/00 - SNUC e a 9.795/99 – PNEA garantem em seus objetivos e diretrizes o enfoque em princípios participativos de gestão e planejamento das UC's reconhecidas, bem como o respeito e a legitimidade dos saberes dos grupos sociais tradicionais. Assim, quando fala-se em lugar e experiências vividas, fala-se dessa inevitável participação dos grupos sociais tradicionais nos processos de criação, efetivação e implantação das UC's no país.

A alma e os lugares da baía do Iguape estão intimamente influenciados pelos saberes, valores e intencionalidades contidas nas ações cotidianas de pescadores e marisqueiras locais. Num trabalho que envolve processos pedagógicos e planejamento, subtrair o que é comum entre pescadores e marisqueiras (saberes e valores) é o mesmo que subtrair-lhe a essência (YAZIGI, 2001). Pois, se o lugar é também sentimento, precisamos relevar os sentimentos que os habitantes do espaço baía do Iguape constroem no seu dia a dia, neste sentido o lugar nos é essencial: o manguezal é lugar de trabalho, é moradia de entidades sagradas e é também “berço” da vida.

A beleza do manguezal às vezes fica esquecida no cotidiano de cansaço e freqüentes dias e noites de frio e pouca recompensa financeira para os extrativistas da resex. As vidas que no



manguezal brotam garantem a realização da vida humana que necessita da realização de todas as outras vidas que compõem o ambiente natural da baía do Iguape. Na concepção sistêmica da vida, está contida a inevitável reciprocidade entre tudo o que é vivo, independentemente do(s) ecossistema(s) que se manifesta(m). Assim o todo nunca é a mera soma das partes, mas sim as infinitas possibilidades de combinações e agrupamentos entre todos os elementos que compõem tudo o que é vivo e suas interações e trocas com o mundo, ou seja, sua organização: no caso deste trabalho, o modo de vida dos moradores da resex. A organização social e política dos moradores influenciam diretamente na vida dos sistemas vivos presentes nos ecossistemas locais,

A organização, que pode combinar de maneira diversificada vários tipos de ligação, liga os elementos entre eles, os elementos em uma totalidade, os elementos à totalidade, a totalidade aos elementos, ou seja, une entre si todas as ligações e constitui a ligação das ligações. (MORIN, 2005, p.164).

Neste sentido, o todo e suas partes têm relações de troca intermináveis e indispensáveis à teia da vida,

O todo só funciona enquanto todo quando as partes funcionam enquanto partes. O todo deve ser relacionado à organização. O todo, enfim e, sobretudo, traz em si conflitos, sombras e cisões” (MORIN, 2005, p.160).

O pensamento sistêmico considera as propriedades do todo essenciais aos sistemas vivos, pois, são propriedades que nenhuma das partes possui (CAPRA, 2006). Daí a coletividade na construção dos saberes, da educação e do planejamento, tudo depende da relação estabelecida com o outro. E este outro estende-se a todas as manifestações da vida local.

Elas surgem das interações e das relações entre as partes. (...) Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas, e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes (CAPRA, 2006, p.40).

A concepção sistêmica vê o mundo em suas relações e interações (CAPRA, 1982). As diversas combinações e agrupamentos de substâncias e macromoléculas que compõem os organismos vivos interagem com o mundo de maneira também diversa. Desde a menor bactéria até os grandes mamíferos, passando pela diversidade de plantas e outros animais, são considerados uma totalidade integrada, portanto, um sistema vivo. “O que se preserva numa região selvagem não são as árvores ou organismos individuais, mas a teia complexa de relações entre eles” (CAPRA, 1982, p.260).

A estabilidade da vida na baía do Iguape depende dessas experiências cotidianas vividas pelos pescadores e pelas marisqueiras. No longo caminho até aqui percorrido, chega-se neste ponto com substancial tranquilidade para creditar legitimidade a toda discussão e esclarecimentos de possibilidades e alternativas para nossa relação com o espaço. A necessidade de mudanças faz-se urgente.

Os saberes é essencial à organização social e política dos moradores. O trabalho que garante a sobrevivência garante também os freqüentes encontros entre pescador-baía e marisqueiras-manguezal. Os saberes tradicionais neste caso transcendem o simples “saber pescar”. Uma das especificidades mais evidente está à interação e interatividade entre os sistemas vivos e o sistema de marés. Diferente das outras florestas, o manguezal convive com o movimento das marés. Não só as plantas, mas os seres da fauna também têm o seu “tempo” controlado pelas marés. No caso dos extrativistas locais essa regra não é diferente.

O pescador e a marisqueira dependem da compreensão da complexidade e dinamismo dos movimentos da maré; sem esse entendimento não haveria como saber quando e nem onde ir pescar ou mariscar. Os ciclos da natureza envolvem muito mais os pescadores e as marisqueiras da baía do Iguape do que o tempo contabilizado pelos relógios. Maré cheia e

maré vazia, maré grande e maré pequena, são as diferentes denominações dadas pelos moradores para as diferentes marés. Para as ciências há as seguintes denominações: preamar e baixamar; maré de sizígia (lua cheia e lua nova) e de quadratura (lua crescente e minguante). Com seu complexo dinamismo, elas influenciam as artes de pesca e mariscagem ao mesmo tempo em que determinam os diversos tempos do pescador e da marisqueira: o tempo da maré determina o horário de início e fim da pescaria e o tempo passado trabalhando; o tempo da “safra” na pescaria, diferentes estações do ano oferecem diferentes espécies e quantidades ao extrativista; o tempo que permite a reprodução das espécies comumente capturadas.

Na perspectiva da estabilidade da natureza, tem-se a sensibilidade de aceitar que nem sempre as atividades da espécie humana são nocivas ao ambiente natural. O mito da natureza intocada se dissolve diante dessa premissa. As águas, as árvores, os aratus, os siris, os sururus, os mapés, os caranguejos, os homens e as mulheres, tudo o que é vivo precisa ter o direito de realização de suas vidas. Trata-se logo de re-centrar na natureza o valor de si mesma, não mais agindo sobre a natureza, mas sim trocando gestos recíprocos com a mesma (BRANDÃO, 1994). As vidas que compõem os ecossistemas da baía do Iguape e suas inter-relações espontâneas ou não são igualmente relevantes para a estabilidade dos sistemas vivos que ali se manifestam. Respeitar os saberes dos pescadores e marisqueiras que trabalham e vivem influenciados e influenciando os ecossistemas locais leva-nos a relembra as palavras de Castro (1997), Brandão (1994) e Maturana (2001) sobre a necessidade de um outro olhar *para* e *sobre* a natureza. Essas palavras legitimam os saberes tradicionais e justificam nosso diálogo com um universo que tem no seu âmago o respeito e a troca com o ambiente natural.

A baía e os manguezais, morada de entidades sagradas e “depósito” de alimento, carrega o sentido de lugar e moradia. A afetividade e o sentimento de proteção fazem nascer saberes e relações que, com respeito e carinho, trocam gestos com a natureza. No entanto, com a realidade vivida na resex baía do Iguape, influenciada por processos políticos partidários e pela organização social e econômica prevalecente, não permite-se considerar pura e simplesmente as trocas e gestos de pescadores e marisqueiras com o ambiente natural. Em muitos casos sabe-se que esses gestos e trocas são excluídos por forças externas e transformados em atitudes auto-predatórias como veremos mais adiante.

Identificados simbolicamente pelos pés sujos de lama e pelas canoas de um tronco só, pescadores e marisqueiras da baía do Iguape tem em seus saberes sua mais profunda e legítima identificação e/ou representação. O conhecimento coletivamente construído entre os moradores da baía do Iguape faz-se substancial para pensar algum planejamento para a área. Muito além de simples esquemas descritivos, os saberes tradicionais estão para as ciências assim como as ciências estão para os saberes tradicionais: dois domínios cognitivos existentes em dois diferentes domínios de experiências num eterno diálogo...

O conhecimento de pescadores e marisqueiras alcançam os hábitos alimentares das espécies capturadas e o ritmo de reprodução e crescimento. O pescador de camarão, por exemplo, sabe o tempo necessário para a desova e o crescimento da espécie. Ao contrário do defeso estabelecido pelo IBAMA, que ocorre duas vezes ao ano, o pescador sabe que o camarão nasce e cresce a cada maré, isso significa cerca de 15 dias, muito diferente do que está na lei de defeso da espécie (estratégia estabelecida em lei que impõem períodos durante o ano onde a captura fica impedida para assim garantir a reprodução das espécies). Os hábitos alimentares e a identificação do sexo de espécies como o aratu, o siri e o caranguejo são facilmente definidas como é também o tempo necessário para estas espécies ficarem adultas e prontas para a captura. As variações de salinidade e temperatura da água ocasionadas pelo funcionamento da hidroelétrica Pedra do Cavalo são comumente sentidas e percebidas pelos extrativistas. Tudo isso influencia na eficiência das estratégias de pesca e de mariscagem; o processo de construção de saberes é simultâneo ao processo de criação das artes de extrativismo.

Além do erro na estratégia de defeso do camarão que o poder público estabeleceu, há outras observações dos moradores que dependem da existência dos saberes e que, portanto, vai

influenciar no planejamento da área. As marisqueiras da baía do Iguape clamam pelo defeso do sururu e do mapé (mariscos capturados na resex). A percepção da necessidade de deixar “descansar” o mangue e estabelecer suspensões temporárias de não captura de alguns mariscos é presente entre os extrativistas. Seus conhecimentos são suficientes para entender que o defeso do camarão é mal realizado e que outras espécies também precisam entrar para a estratégia do defeso. Deve-se ouvir os pescadores e as marisqueiras para assim elaborar um texto de lei realmente eficiente em sua proposta.

As inadequações são devidas em parte à influência do caráter geral da lei diante das especificidades de cada região e lugar com seus variados sistemas biológicos. A lei não aprofunda suficientemente as variações locais. Outra prática social que participa da criação de todos os saberes locais é o uso das plantas com potenciais medicinais. Esse conhecimento implica em saber sobre botânica (identificação e classificação de espécies) e sobre qualidades homeopáticas de espécies da flora.

Além da pesca e da mariscagem, algumas comunidades da resex praticam a agricultura de subsistência. Tal prática resultou num conhecimento relativamente detalhado sobre solos. Existe uma diferenciação nos tipos de solos e essa diferenciação possibilita classificar o solo de acordo com o tipo de cultura que lhe é mais produtiva. Por exemplo, existem os locais corretos de se plantar mandioca, milho, verduras, enfim, cada conjunto de características que identifica um tipo de solo mais ou menos adequado para um determinado tipo de cultura. Além dos critérios relacionados ao solo, como textura e cor, por exemplo, tem também os critérios relacionados ao contexto da área destinada ao plantio, como a declividade do terreno, a sua posição geográfica (ex: fundo de vale) ou a presença de uma mata fazendo fronteira. A diversidade de critérios na classificação permite diferenciar um número maior de solos.

A mariscagem e a pesca dependem das artes e seu manuseio, mas depende também dos conhecimentos citados. A construção desses conhecimentos não se dá de maneira formalizada e institucionalizada e justamente por isso não possuem as “amarras” metódicas das ciências, por isso percebe-se mais claramente a fantasia, e, portanto, a imaginação na constituição desses saberes. Embora haja nos saberes científicos a presença inevitável da imaginação, tenta-se camuflá-la pela chamada objetividade e precisão das proposições explicativas científicas.

Ao propor um diálogo com os saberes tradicionais, as ciências devem aceitar a imaginação e o misticismo no ato humano de conhecer. Não somente o raciocínio lógico e matemático, mas o universo imaginativo da espécie humana que se traduz em infinitas possibilidades de cognição e significação do espaço vivido. Ao destacar a preferência pela chamada “geografia humanística” e pelos esclarecimentos de Maturana (2001) sobre nossos domínios cognitivos e operacionais, destaca-se também nossa preocupação em não limitar o conhecimento científico a meras teorias e/o ideologias que comprometem a eficácia e a sensibilidade do mais aprofundado e complexo domínio cognitivo humano: a própria ciência.

Pescadores e marisqueiras constroem seus saberes cotidianamente; o trabalho, a fé, suas relações sociais e políticas entrelaçam-se mediatizando a construção e a reconstrução de saberes e valores que guiam a vida dos moradores da resex marinha baía do Iguape. Com a observação e a oralidade presentes nessas transmissões e reproduções de saberes, aceita-se a criação imaginativa e a imaginação criativa em experiências vividas pelas pessoas. O ato humano de conhecer na baía do Iguape é tão místico e imaginário como técnico e cheio de raciocínios matemáticos e lógicos.

Há na baía do Iguape diversas artes de pesca e mariscagem, às quais correspondem apetrechos específicos. A arte mais original é sem dúvida a pesca do andarilho, na qual saem de noite ou madrugada diversas canoas todas em fileiras com um candeeiro aceso na frente de cada uma das canoas, provocando no peixe o ímpeto de saltar para fora da água e eventualmente cair dentro das canoas. Por sua vez, a gruzeira consiste numa corda fina de centenas de metros com anzóis pendurados ao longo desta corda prontos para capturar peixes



e arraias. Pode ser feita por um único pescador. A tarrafa é uma rede em forma de círculo lançada pelo pescador na captura de peixes e é geralmente praticada de forma solitária.

A rede grande e a rede pequena são utilizadas em arrastões, às vezes com até oito pescadores dependendo do comprimento da rede; as denominações “rede grande” e “rede pequena” referem-se à malha da rede (malha consiste no tamanho do buraco de cada rede). A camboa (varas de mangue fincadas na areia em formato de “V” ou “U” que aprisiona peixes e mariscos em sua “cova” com a subida e descida da maré) é uma arte fixa, localizada em beira de rios ou em banco de areia chamados “coroas de mangue”. Bem cuidada, uma camboa dura a vida toda do pescador, necessitando de eventuais consertos ao longo do tempo. Em seus paus, o pescador pode produzir ostra, atividade mais comum entre os quilombolas das comunidades do lado leste da baía do Iguape. O munzuá é uma armadilha de pegar siri (uma tela em forma de cubo com pequenas entradas para as prezas), tal como o jererê que se usa com uma pequena linha, tendo amarrada em uma das extremidades uma isca (pedaço de peixe). Quando o siri morde a isca a marisqueira levanta a linha e captura o siri com o jererê (jererê é uma rede de pesca em forma de saco presa a um cabo de madeira). Tem ainda a camarãozeira, rede exclusiva para a captura do camarão, necessitando de quatro até oito pescadores também. O arraieiro, rede de malha grande, captura arraias e peixes de grande porte como pescadas, robalos, cavalas, etc.

A pesca e a mariscagem artesanais na baía do Iguape são atividades que não implicam numa boa condição financeira dos trabalhadores. Os tipos de artes utilizadas estão diretamente ligados às possibilidades e às necessidades de transformação. A renda dos pescadores e das marisqueiras é muito baixa. Há moradores que não têm condições nem de pagar a mensalidade de R\$6,00 cobrada pela colônia. Pôde-se constatar durante os trabalhos de campo que na maioria das vezes a divisão do lucro da pesca (por exemplo, da pesca com rede grande feita geralmente com 8 ou 7 pescadores) não ultrapassa a quantia de R\$10,00 para cada integrante. Caso o pescador fosse trabalhar todos os dias do mês e cada dia conseguisse um ganho de R\$10,00 teria uma renda mensal de R\$300,00. Considerando que ele não pesca todos os dias e que nem sempre a pescaria rende os R\$10,00 a renda fica bem abaixo do salário mínimo nacional. A presença do atravessador na comercialização do pescado é outro fator determinante na baixa renda do pescador, devido ao baixo preço que geralmente o atravessador paga na produção. Acrescenta-se que na área de estudo, as pescarias nem sempre são pesadas. Podem ser avaliadas em latas ou cestas, por exemplo, o que pode ser mais um fator de prejuízo financeiro para os extrativistas.

A população da Baía do Iguape vive na sua maioria da “maré” (expressão local que se refere tanto ao meio físico quanto ao trabalho de pescador e/ou marisqueira). Assim faz-se dessas pessoas conhecedoras profundas das técnicas e de suas conseqüências para o ambiente natural. O conhecimento sobre a fauna e a flora locais permite aos pescadores e as marisqueiras terem consciência de fatos que a população acadêmica somente saberia com anos de estudos e investimentos. Por isso é preciso o diálogo, não para registro e documentação de saberes apenas, mas que tenha como conseqüência a organização social e política viável para se pensar a autonomia administrativa e financeira para os moradores da resex.

### **O diálogo e o comunitarismo na busca pela autonomia individual e social**

Entre as mais de 8.000 famílias<sup>5</sup> que dependem da pesca e/ou mariscagem para garantir sustento, o esclarecimento sobre o que é uma reserva extrativista e quais são os direitos e deveres dos moradores é pouco difundido. Nem o Estado e nem a comunidade acadêmica promoveu projetos e ações políticas para a efetiva implantação da reserva na região do Iguape. A criação de uma associação mãe para a unidade e o cadastramento dos usuários da mesma deve ser o primeiro passo das comunidades. O esclarecimento de quantos são e quem são os usuários-moradores da resex inicia o processo de estabelecer metas e planos de urgências.

<sup>5</sup> Dados apresentados pelo IBAMA durante a realização do trabalho de dissertação.

Existem atuando na resex três ONG's (Organizações Não-governamentais): Vovó do Mangue – nome que homenageia uma entidade moradora e protetora dos manguezais, o mito conta que o extrativista deve respeitar os manguezais para nunca lhe faltar alimento; Centro-Mangue – ONG que originou dois grupos musicais, Cantarolama e Filhos da Maré que cantam e encantam em poesia a vida, as aspirações, os problemas, os medos e as alegrias do “povo do mangue” do “povo da “lama” e Guigui – nome ligado a um pequenino caranguejo que habita os manguezais da área.

A atuação das três ONG's está ligada a replantio e recuperação de manguezais, projetos de educação ambiental em escolas das comunidades, projetos artístico-culturais de música, poesia e pintura. Esses trabalhos têm parcerias com governos (estadual e municipal) e também com a estatal, ligada ao governo federal, Petrobras. A essencialidade da atuação dessas organizações é indiscutível, porém, nenhuma atuou no que tange a colaboração na construção do tecido social necessário para o planejamento e a gestão da resex. Não são realizados trabalhos que revelem ao morador da unidade os direitos e os deveres que lhes cabem por serem usuários e gestores reconhecidos da UC em questão. As ações para esclarecimentos de direitos e deveres entre os moradores das UC de uso sustentável são imprescindíveis e precedem qualquer tentativa referente à elaboração do plano de manejo e de uso da unidade.

No caso da resex marinha Baía do Iguape houve um movimento de mobilização entre moradores e a sociedade civil organizada representada por ONG's, pela CPP (comissão da pastoral da pesca) e associação de quilombolas mais o IBAMA local. Esse movimento foi chamado de “pró-resex” que determinou a criação da unidade frente ao IBAMA. Durante essa mobilização social e política na área (principalmente em Maragojipe, sede da unidade), a união das pessoas com um objetivo comum fez-se substancial para o sucesso. Porém, após essa ação empreendida pela população, não houve mobilização do IBAMA ou de algum órgão ambiental municipal ou estadual, das ONG's que atuam na área ou dos moradores-usuários no sentido de propor projetos e ações políticas para inclusão de todas as comunidades no processo de planejamento e gestão da área. Os motivos são muitos: desde a ignorância dos participantes, a passividade dos governantes até a ausência de recursos técnicos e financeiros para fazê-lo. O importante não é ficar apontando culpados ou responsáveis, pois, nossas análises em relação à educação e ao planejamento referem-se a possibilidades de transformações a partir dos erros observados e não aos obstáculos criados com as punições para esses mesmos erros.

Entende-se que a educação deva servir a construções coletivas e solidariedades espontâneas “Em todo o mundo vivo, a criatividade da vida expressa-se através do processo do surgimento espontâneo” (CAPRA, 2002, p.130). O planejamento e o manejo comunitário de todos os recursos, valores, saberes e costumes de uma comunidade passa pelo estabelecimento da equidade nas relações entre as pessoas e entre as pessoas e o mundo. A linguagem, o pensamento conceitual e todas as outras manifestações de consciência reflexiva da espécie humana possibilitaram-nos construir visões de cenários futuros com estratégias e estruturas planejadas (CAPRA, 2002). O planejamento deve coexistir com essas duas dimensões dos sistemas vivos: o espontâneo e os produtos da consciência reflexiva.

Infelizmente não nos é difícil listar problemas políticos e sociais existentes na resex marinha baía do Iguape em que pese a desorganização social em torno da questão comum que envolve os extrativistas: a gestão e o planejamento da unidade, ou seja a colaboração no “cuidar de casa”. Criada há oito anos, a resex nunca contou com efetiva participação do Estado - representado pelo IBAMA - na elaboração de ações políticas e/ou projetos políticos que viabilizassem a implantação de fato da resex e não somente a publicação do decreto de sua criação. O documento assinado no ano de 2000 pelo então presidente nunca transcendeu os limites de seu discurso. E discurso sem ação é apenas um amontoado de palavras vazias que nada podem fazer. Claro que não vamos desmerecer a relevância da existência desse decreto; o que não podemos admitir é se contentar apenas com ele.

A flexibilidade, a novidade e a criatividade presentes nas construções cognitivas humanas

devem estar presentes também no planejamento e na educação: nós nos educamos entre si mediatizados pelo mundo (FREIRE, 2005). O significado de um planejamento comunitário está justamente nos princípios e diretrizes de sua construção e não nos produtos de suas ações e projetos. Pois, cada grupo social coexiste com seus domínios experienciais materiais e simbólicos, não podendo ser objetivo do planejamento homogeneizar as necessidades e as possibilidades dos lugares e das pessoas.

A educação dialógica e o planejamento comunitário são construídos a partir de duas premissas: primeiro, a realidade depende intimamente do observador, por isso os pescadores e as marisqueiras da baía do Iguape são essenciais para se pensar a transformação de suas realidades; segundo, o direito de realização da vida deve transcender a vida humana e alcançar todos os sistemas vivos. Assim têm-se, na concepção sistêmica da vida e no pensamento sistêmico, as bases teóricas e filosóficas de ações e projetos políticos em relação à educação e ao planejamento.

As artes de pesca influenciam diretamente na vida da espécie capturada, além da intensidade com que a arte é praticada, temos o dano direto que cada arte pode provocar. Ao praticar uma arte que impede a plena reprodução dos sistemas vivos - por exemplo, capturar caranguejos e aratus fêmeas em períodos de desova, pescas com bomba, pescas de rede de malha fina - pode haver a extinção de espécies. A insustentabilidade de algumas atitudes é facilmente perceptível e também narrada pelos extrativistas. Há questões que os moradores locais têm mais sensibilidade e meios para perceber. Como foi dito antes, as marisqueiras reclamam para mariscos como ostra e sururu uma época de defeso. Na ausência de defeso para os mariscos, estes estão sendo capturados antes de alcançarem o tamanho adequado, diminuindo o preço na venda e aumentando a quantidade necessária de mariscos capturados para render um mínimo necessário à sobrevivência do extrativista. Esta situação cria uma pressão preocupante sobre os recursos em médio prazo. Outro fator que afirma a relevância do diálogo e da equidade nas relações, os problemas causados por alguma arte de pesca são também percebidos pelos extrativistas.

A razão científica prevalecente vai contra a dialogicidade e o comunitarismo. Assim justifica-se toda política pública e relações sociais que tratam o desenvolvimento econômico e o incremento tecnológico como “armas” contra todas as mazelas do mundo, não atribuindo a gênese e a manutenção dessas mesmas mazelas ao próprio tipo de desenvolvimento prevalecente. A questão relacionada ao estabelecimento de períodos de defeso de espécies é justamente para ilustrar a relação injusta imposta pelo não reconhecimento da legitimidade dos saberes das populações tradicionais da resex marinha baía do Iguape: o saber científico prevalece na decisão das estratégias, todavia, há contradições em relação às observações dos extrativistas quanto à eficiência de tais estratégias.

O sistema social, econômico e político dominante influenciam a tudo e a todos. Mesmo convivendo sem uma intensa participação no mundo do consumismo de alta tecnologia, pescadores e marisqueiras artesanais de todo território brasileiro são prejudicados por ações empreendidas dentro da lógica que sustenta o sistema capitalista neoliberal. Outro exemplo é a atuação do grupo Votorantin em relação ao funcionamento de uma hidroelétrica. Caso houvesse investimentos em alternativas de fontes de energia (como eólica, por exemplo), a hidroelétrica Pedra do Cavalo talvez não precisasse funcionar e com isso não causaria prejuízos às atividades extrativistas na baía e nos manguezais do Iguape.

A subversão ao modelo de política vindo de cima, de nossos governantes, é essencial para as mudanças pretendidas. Os saberes e os valores dos pescadores e das marisqueiras, que têm na baía do Iguape seu universo de convivência, já carregam a espontaneidade e o respeito mútuos. Contudo, o discurso da competitividade e a ausência de autonomia social e individual contaminam a socialização na baía do Iguape, influenciando as práticas tradicionais de extrativismo e a convivência entre os moradores.

Na resex marinha baía do Iguape há diversas comunidades com diversas características

organizacionais. Maragojipe, Coqueiros e Nagé, comunidades privilegiadas nesta dissertação, estão profundamente contaminadas pela competição e desunião incentivadas em tempos modernos. Isso não significa impossibilidade total de transformações. Pelo contrário, durante todo o trabalho pode-se observar que um “outro mundo” nos é possível. Mas há também outros aspectos que norteiam as socializações dessas e outras comunidades que residem na resex. Nas comunidades do lado leste da baía, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, Calolé, Engenho da Pedra e outras, a organização social e política apresentam aspectos que subvertem todo o discurso e as práticas de nosso sistema social e político prevalecente: a agricultura de subsistência, o extrativismo sem finalidade de venda e as lutas pelo reconhecimento de suas terras marcam as comunidades citadas.

Há problemas mais essenciais no momento. Deve-se dizer que, o que está sendo apontado como problema neste trabalho somente o é caso busca-se a autonomia individual e social como discurso e como ação política de todo e qualquer grupo social que coexiste no país. As comunidades, de maneira geral, ainda não são plenamente esclarecidas sobre o que é uma resex e quais as prerrogativas das leis que tratam sobre sua gestão e planejamento. Isso pode estar impedindo o efetivo entendimento da relevância da criação e da implantação de uma reserva extrativista marinha. Não pretende-se aqui condená-las por conta disso, mas necessita-se apontar problemas para assim buscar possíveis soluções.

Os primeiros resultados concretos com a primeira oficina educativa realizada em julho de 2007 em São Roque do Paraguaçu foram os esclarecimentos sobre a legislação que envolve as resex, sua origem e evolução até os dias atuais. Tal oficina de caráter educativo, que representa a primeira de uma série na baía do Iguape, esclarece direitos e deveres dos moradores. O processo é dialógico; essas oficinas não são transmissão de conhecimento pura e simplesmente, mas sim um diálogo que cria possibilidades para a produção e a construção dos conhecimentos necessários ao planejamento comunitário. A educação aqui é construção em co-laboração.

O esclarecimento sobre os objetivos e as diretrizes do SNUC, mais especificamente sobre o funcionamento de uma resex, está sendo o primeiro passo na colaboração da construção da organização social e política visando colaborar na viabilização, elaboração e implantação de um plano de uso para a resex marinha baía do Iguape.

Além dos primeiros esclarecimentos sobre a legislação, houve também discussões sobre a criação de alternativas de renda para a população. Problemas relacionados a baixa renda oriunda do extrativismo e ao grande número de extrativistas na baía do Iguape estão preocupando os moradores. Essa temática também esteve presente durante a primeira oficina.

As alternativas de renda referem-se à diversificação do trabalho. A produção de ostra e camarão, de modo ecológico e artesanal, é uma alternativa viável e que já começa a ser pensada em detalhes. Na comunidade de Santiago de Iguape existe uma experiência de produção de ostra nos paus das camboas. Com bons resultados, esse projeto pode estender-se a outras comunidades. Recursos para renovar artes de pesca destacam-se como prioridade. A compra de barcos motorizados possibilitaria ao extrativista pescar e/ou mariscar em locais até então impossíveis pela distância. Isso, ao mesmo tempo em que ameniza a pressão nos recursos pesqueiros da baía do Iguape, pode ocasionar a captura de espécies mais valorizadas que não se encontram em área de baía e lagamares. A substituição de artes prejudiciais já começa a ser pensada também, mas não se pode simplesmente proibir e sim pensar de forma integrada. Considerações sociais e econômicas devem ser contempladas no planejamento. Como ilustração, a pesca com rede de malha pequena é amplamente praticada em Nagé e Coqueiros; a sua proibição brusca e total eliminaria a fonte de renda de centenas de famílias.

O diálogo nas oficinas é para construir alternativas. O início das discussões é o primeiro e grande passo em direção a materialização de projetos e idéias. Outra questão já levantada relaciona-se ao defeso de espécies capturadas. Para criar um defeso por conta própria, sem

depende de decreto-lei assinado pelo poder público, teria que ser pensando alguma alternativa de renda para o período destinado ao defeso. Ações como o cultivo de camarão e a pesca e a mariscagem em outras águas e manguezais fora da baía do Iguape, podem viabilizar o defeso de outras espécies além do camarão sem a necessidade de criar legislação específica.

O “descanso” do manguezal, necessidade levantada pelas marisqueiras, implica em alternativas de ações também. Uma lei de defeso para sururus, mapés e ostras depende de um estudo técnico realizado por um biólogo, esse estudo demanda tempo e recursos financeiros. Como nossa atual condição legislativa e jurídica não admite o saber das marisqueiras como justificativa para a lei ser decretada, tem-se um obstáculo dificilmente ultrapassado, eliminar a necessidade do assistencialismo governista faz-se essencial. Além do cultivo artesanal de ostra e camarão como opções, tem-se a criação de pomares, hortas e granjas comunitárias. Amenizam a necessidade de dinheiro para comprar alimentos ao mesmo tempo em que diminuem a necessidade de mariscar, pois, oferecem outras fontes para suprir a fome e obter renda.

Há também os prejuízos da pesca com redes de malha muito pequenas (8 mm). Neste caso as redes são feitas somente por fabricantes industriais e muitos pescadores não a consideram prejudicial. Porém, durante a pesquisa de campo pôde-se observar que a utilização das redes de malha pequena provoca uma mortalidade grande de exemplares que não tem utilidade alguma em razão do tamanho dos peixes capturados. Em Nagé e Coqueiros, por ser fundo de baía, isso está mais presente. A rede é utilizada na captura de camarão, marisco muito apreciado e de fácil venda, porém filhotes de outros peixes tal como pescadas, vermelhos, tainhas e robalos são também capturados e por serem muito pequenos são jogados fora já mortos, prejudicando a reprodução dessas espécies e impossibilitando a futura captura das mesmas por outros pescadores.

O diálogo na educação é isso: ouvir e ser ouvido. As decisões, sendo tomadas pelos moradores, implicam em decisões mais claras e conscientes em relação aos problemas e às carências vividas. A educação dialógica significa levar todos os saberes em consideração, no nosso caso, trocar experiências entre as comunidades da resex e com outros grupos sociais que não são usuários da UC. Faz-se assim nascer o planejamento comunitário, produto do tipo de educação praticada ao construir projetos e ações políticas que potencializam o poder e a união das pessoas envolvidas.

Além da organização social e política de pescadores e marisqueiras, tem-se também conflitos entre utilizadores de diferentes artes de pesca: monzuá e rede em Santiago do Iguape, camboa e rede nas comunidades rurais de Dendê, Engenho da Ponte e Engenho da Praia. A pesca com bomba e a falta de fiscalização são grandes problemas. Mais uma alternativa tange à organização dos usuários: seria a fiscalização comunitária. Quanto menos ficarem dependentes do Estado, mais próximos estarão da autonomia social e individual.

Outro ponto importante reside nos obstáculos que pescadores e marisqueiras encontram para se filiar à colônia de pesca e ter direitos trabalhistas garantidos. Devido às más condições de renda da população muitos não conseguem pagar os R\$6,00 da mensalidade da colônia. Segundo a atual presidente, essa mensalidade é calculada com base no salário mínimo, o que considero um erro, pois os extrativistas não vivem de salário mínimo. E R\$6,00 muitas vezes é mais do que eles garantem com um dia todo de trabalho. Como o extrativista recebe todo dia caso saia para trabalhar, e como esse lucro diário é muito baixo, fica impossível para muitos guardar dinheiro para pagar a colônia.

Uma opção levantada durante uma oficina foi cobrar um preço simbólico e realizar um trabalho de adesão à colônia: proporcionar uma massificação na colônia, promove-se campanhas esclarecendo as vantagens e os direitos trabalhistas garantidos e coloca-se o maior número possível de pescadores e marisqueiras filiados a colônia. Tudo caminha lado a lado: melhoria na vida do pescador faz com que ele tenha condições de se comprometer com a mensalidade



da colônia todos os meses; para o extrativista pagar a colônia é somente vantagem, mas pra isso ele precisa ter condições. Aumentar a quantidade de pessoas com condições de pagar a colônia superaria uma eventual baixa no custo da mensalidade. Informações da colônia mostram que não chega a 300 o número de pessoas em dia com a mensalidade, o que significa uma receita de no máximo R\$1.800 reais por mês. Caso diminua-se o valor para R\$2,00 e realize-se uma política de adesão à colônia, tem-se, por exemplo, com 1.000 pessoas pagando, uma receita de R\$2.000 por mês. Ao mesmo tempo em que se melhora a receita da colônia, está-se garantindo direitos e benefícios trabalhistas a um número maior de extrativistas.

Outro obstáculo citado sobre a gestão da colônia, está nos critérios burocráticos que atestam os documentos comprobatórios da atividade extrativista. Há muitas pessoas que não possuem os documentos exigidos para se registrar na colônia isso poderia ser evitado caso a colônia adotasse outros meios para verificar a veracidade das informações. Em meio a diversas reclamações sobre a administração da colônia, deve-se esclarecer os critérios e realizar políticas que atraem pescadores e marisqueiras e não criar obstáculos para repeli-los.

A condição financeira dos pescadores e marisqueiras impede a compra e a renovação dos equipamentos de pesca e mariscagem. A grande maioria da população entrevistada não tem canoa e quem possui tem canoas simples e a remo, impedindo o pescador e/ou a marisqueira de explorar outras águas e outros manguezais que não os da baía do Iguape. A distância, por mais que o pescador e/ou a marisqueira se esforce existe um limite para o corpo, e a segurança das embarcações são os principais motivos desses impedimentos.

A educação dialógica, que se materializa em nosso cotidiano e não necessariamente em uma “sala de aula” comum, deve ser o combustível dos movimentos que podem construir o planejamento comunitário dentro da resex. Os produtos desse processo são a autonomia social, política e financeira, a valorização e não a folclorização de saberes e valores tradicionais das comunidades, o aprimoramento de artes que eventualmente estejam causando problemas à estabilidade do ambiente natural, condições melhores de trabalho e moradia. Enfim, a efetivação de uma UC de uso sustentável implica em benefícios às comunidades envolvidas, caso contrário todos os princípios e valores construídos de modo pioneiro entre as comunidades da floresta amazônica (movimento nacional dos seringueiros e a luta pela criação das reservas extrativistas no final da década de 1980) e que foram absolvidos pela política de preservação e conservação da biodiversidade e da sociodiversidade no Brasil, estarão sendo subvertidos em troca da competição e da mesquinha comun no sistema capitalista neoliberal.

As culturas extrativistas não podem ser tratadas como algo que necessariamente é ecologicamente sustentável. Na baía do Iguape há sim problemas que estão relacionados ao modo de vida dos moradores. Não devemos vitimá-los e nem tão pouco tratá-los como heróis. São apenas grupos sociais que coexistem dentro de relações e interações com o mundo, distintas dos grandes centros urbanos, mas como tal também carecem de intervenções e transformações em seu cotidiano.

Neste caso, considera-se que o diálogo entre as pessoas em busca de algo comum pode ampliar o que se conhece e diminuir o abismo entre o que nos é cognoscível ou não. Quando Paulo Freire (2005) nos diz que a união e a colaboração entre as pessoas para a transformação do mundo pertencem à teoria dialógica da ação, tem-se no diálogo uma substancial presença entre as ações pretendidas na resex. Ao contrário da competição que não é nem pode ser sadia, pois nega o outro (MATURANA, 1998).

Os primeiros esclarecimentos sobre o que vem a ser uma resex serão seguidos por ações e projetos que venham colaborar para melhoria da vida e do trabalho dos pescadores e das marisqueiras. Durante a pesquisa de campo teve-se contato com inúmeros problemas e inúmeras possíveis soluções também, no entanto, há questões que não dependem somente da vontade da população. A baía do Iguape não pode ser tratada como uma “ilha” protegida do

mundo “externo”. A resex pertence a um universo de relações sociais e políticas que prioriza alguns grupos sociais existentes. A nossa “democracia” e o nosso modelo de planejamento implicam na subordinação dos que se vêem distantes e não plenamente participantes do mundo do consumismo tecnológico. A nossa meritocracia, disfarçada de democracia da maioria, cria os vencedores da competição por uma vida digna e de respeito...

O papel dos moradores da resex no planejamento e gestão da mesma é essencial, sobretudo pelo conhecimento que somente eles detêm sobre suas próprias realidades. Mas o Estado não pode ser ausente desse processo, mesmo porque há mudanças e obras necessárias que não estão ligadas a decisões que acontecem no seio das comunidades da unidade. Tais como enunciadas em seguida: obras de saneamento básico, programas de reaproveitamento de restos do pescado e de produtos e embalagens descartáveis, atuação eficiente do IBAMA - que tinha até o início de 2007 somente um técnico trabalhando na área - proibição da venda de rede de malha pequena, fim do funcionamento da hidroelétrica Pedra do Cavalo que vem prejudicando a pesca, principalmente em Coqueiros e Nagé, desapropriação de terras que são propriedades de fazendeiros, mas que estão no perímetro traçado da resex, construção de creches e pré-escolas para as marisqueiras deixar os filhos enquanto vão para maré. Enfim, essas mudanças dependem sim da união dos moradores, mas também de mudanças de postura do Estado brasileiro.

As visitas na baía do Iguape nos revelaram condições impróprias para a sobrevivência humana. Tanto no que se refere às condições de trabalho (baixa remuneração, ausência de direitos e benefícios trabalhistas e ausência de investimentos em capacitação profissional) bem como a disponibilidade e qualidade dos serviços básicos (educação, saúde, habitação, saneamento básico e transporte) garantidos pelo Estado. As informações e as experiências vividas em campo permitem mais confiabilidade a análise sobre necessidades e carências da resex, outro aspecto relevante em relação aos procedimentos metodológicos adotados.

O diálogo de saberes reflete o sentido e a legitimidade de todos os domínios cognitivos em seus diversos domínios de experiências. O discurso da objetividade científica, idealizada pelos percussores da ciência moderna, nos impede de contemplar realizações urgentes relacionadas à diversificação de políticas públicas, contemplação da sociodiversidade, o fim da meritocracia e a aceitação do erro nas ciências. O direito de equivocarse e o direito de mudar de opinião devem ser incluídos na conduta dos governantes brasileiros. Não precisamos insistir em princípios e valores que nos condenam ao “subdesenvolvimento” e são defendidos e teorizados por parcela da comunidade acadêmica que ajuda a fundamentar e justificar o modelo perverso de organização social e política do capitalismo neoliberal.

Nossa participação em pescarias e os inúmeros momentos de conversas com os moradores põem em evidência características que estão além da simples descrição física da área. A resex não se refere apenas a proteção da biodiversidade; há o universo imaterial e mítico dos pescadores e marisqueiras que também contemplam as ações de conservação do patrimônio natural. Através dos laços de territorialidade afetiva com o espaço, o lugar, a área não é apenas um local de produção/sustento, mas também um patrimônio, um quadro de vida. Não temos apenas um olhar funcional ou estético, comum nos centros urbanos. Para muito além das técnicas de extrativismo, as relações cotidianas na resex atestam para a existência de processos sociais e políticos intimamente ligados ao modo de vida existente. A manutenção do trabalho artesanal e do conhecimento sobre os ecossistemas da resex permite aos moradores manter os saberes que os identificam e os legitimam perante aos direitos conseguidos com a criação da unidade.

Não se pretendeu aqui construir uma teoria universal sobre a educação e o planejamento, mas sim se considerou premissas e princípios fundamentais para relações e interações com universos distintos que se materializam em domínios de experiências não científicos. Acreditar na possibilidade de outros caminhos nos leva a acreditar nas possibilidades de outros sonhos também...

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. A condição humana. Roberto Raposo (trad) 10<sup>o</sup>ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Antonio de Pádua Danesi (trad) São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Somos as águas puras**. Campinas: Papyrus, 1994.
- BRASIL – SNUC. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências**. Brasília, DF, 2000.
- BRASIL – PNEA. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. **Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília, DF, 1999.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Álvaro Cabral (trad) São Paulo: Ed.Cultrix, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A teia da vida**. Newton Roberval Eichenberg (trad) São Paulo: Ed.Cultrix, 2006.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Guy Reynaud (trad) 5<sup>o</sup>ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E & PINTON, F. (orgs). **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup-UFPA-NAEA, 1997. (numeração de páginas do artigo).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41<sup>o</sup>ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: EDUFMG/Humanitas, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Decreto de criação da reserva extrativista marinha Baía do Iguape**. Brasília, 2000.
- MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Cristina Magro e Victor Paredes (orgs). Belo Horizonte: Ed.UFMG/HUMANITAS, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Emoções e linguagem na educação e na política**. José Fernando Campos Fortes (trad) Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A ontologia da realidade**. Cristina Magro; Miriam Graciano e Nelson Vaz (org's) Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1997.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas – 1948**. Fabio Landa e Eva Landa (trad's) São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. Ilana Heineberg (trad) 2<sup>o</sup>ed., Porto Alegre: Sulina, 2005.
- VANNUCCI, Marta. **Os manguezais e nós**. Denise Navas-Pereira (trad) 2<sup>o</sup>ed., São Paulo: Ed.USP/CNPQ, 2003.
- YAZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.